



Usos metodológicos da cultura política e da política: a coletividade e a individualidade na pesquisa histórica

Methodological uses of the political culture and politics: the collectivity and individuality in the historical research

ROCHA, André Pereira ^{1*}

Resumo: Este artigo tem por objetivo discutir os pressupostos metodológicos do conceito de cultura política, tendo como mote referencial as ideias de coletividade e individualidade. Com a conhecida *cultural turn*, a partir da década de 1970, o conceito de cultura política foi extensamente debatido, desenvolvido e aplicado de diferentes formas pela historiografia, justamente na tentativa de abranger uma amplitude de possibilidades de análises antes não levadas em consideração pelos pesquisadores. Serge Bernstein, Quentin Skinner e Paul Nesbitt-Larking representam, neste trabalho, diferentes acepções acerca das possibilidades de análise sobre a política e as discrepâncias em relação à cultura política, nas quais a coletividade e a individualidade são postas em diferentes perspectivas.

Palavras-chave: Cultura política, historiografia, história, cultura, política, metodologia

1. Mestrando em História - Programa de pós-graduação em História – Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo, Campus Guarulhos - Av. Monteiro Lobato, 679, Bairro Macedo, CEP 07112-000, Guarulhos, São Paulo - Brasil. Bolsista pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP. Email: andrerochabae@yahoo.com.br

Recebido em: 08/03/2015
Aprovado em: 20/12/2015

Abstract: This article aims to discuss the methodological assumptions of the concept of political culture, using as reference the ideas of collectivity and individuality. With the *cultural turn* during the 1970s, the concept of political culture has been widely debated, developed and applied in different ways by historiography in an attempt to cover a range of analytical possibilities not previously taken into account by researchers. Serge Bernstein, Quentin Skinner and Paul Nesbitt-Larking represent, in this paper, different interpretations about the possibilities of political analysis and discrepancies regarding the political culture in which the collectivity and individuality are put into different perspectives.

Keywords: *Political culture, historiography, history, culture, politics, methodology*

Introdução

A política sempre foi uma das dimensões mais relevantes dentro da historiografia, assim como determinante em alguns períodos, como em parte do século XIX. Mesmo quando criticada, nunca deixou de ser um dos temas mais abordados pelos historiadores. Este trabalho tem como intuito discutir algumas questões acerca das concepções metodológicas e usos de abordagens históricas específicas que priorizam o coletivo ou o indivíduo em suas análises. Há sempre um entrecruzamento entre as duas acepções, mesmo quando muitos pesquisadores adotam posicionamentos que excluem a viabilidade de compreensão de determinados fenômenos a partir de uma ou de outra.

Mais que somente os pontos colocados aqui, existe uma ampla gama de discussões e problemas que perpassam todo o estudo da política dentro das ciências humanas. Desde o século XIX, quando os diferentes campos do conhecimento estavam se estabelecendo enquanto disciplinas, há uma grande preocupação com relação às abordagens relevantes para se trabalhar com as dimensões da ação social e dela compreender as concepções que circunscrevem as visões de mundo das pessoas. No início de século XX, houve um distanciamento das características políticas como abordagem suficiente para o entendimento histórico do passado analisado. Os *Annales*, por exemplo, acabaram por transformar a política em um anátema para uma boa parcela da historiografia francesa daquele momento, fazendo com que uma retomada contundente fosse acontecer somente a partir da década de 1960. Todavia, as diferentes tradições historiográficas não tiveram esta mesma relação com o tema. Mas, de forma geral, foi posta lado a lado a muitos outros tipos de abordagem, e sem a importância de antes, até meados do século XX. Os acontecimentos das guerras mundiais e crises também foram impactantes e determinantes para se voltar novamente o olhar ao político enquanto esfera potencialmente importante para a análise de qualquer sociedade.

A perpetuação do estudo da esfera política nas ciências humanas acabou por ser colocado sob outros critérios nas diferentes perspectivas teóricas e metodológicas a partir de então. Por meio deste prisma, é possível perceber que as diferentes tradições historiográficas seguiram caminhos de divergência em alguns pontos, mesmo quando mostram convergência dentro de um âmbito geral. Como colocado por René Rémond, Karl Marx e Sigmund Freud foram determinantes na criação de uma perspectiva negativa da política enquanto fonte de análise da sociedade (RÉMOND, 2003, p. 20). Na mesma medida, na França, isso se aprofundou ainda mais com os *Annales*. Neste âmbito, a história política, a história das ideias e a história das ideias políticas tornam-se o centro

de referência dentro das discussões acerca do Político.

Frente às significativas mudanças que o mundo passou após as guerras mundiais, que se refletiram diretamente nas discussões acadêmicas, a importância da história cultural se mostrou significativa no desenvolvimento das possibilidades de se trabalhar com o político. Michel Foucault, Roger Chartier, Pierre Bourdieu propuseram questões que se relacionavam diretamente com os grandes paradigmas da década de 1960: o marxismo e os *Annales* (HUNT, 1992, p. 1). O social ganhava uma importância maior ao mesmo tempo em que as bases de um pensamento especificista, ainda arraigado à tradição historicista e elitista, era criticado. Na década de 1990, ela se consolidou mesmo sem ter se mostrado como uma “terceira via”, necessariamente, podendo ser concebida mais como uma ampliação de questões e proposições já postas anteriormente.

A retomada do político, a partir de 1960, acabou por sintetizar uma série de novos aspectos teóricos. Não houve uma sincronia entre as diferentes vertentes, muito menos um direcionamento determinado para os novos usos. Uma das principais influências foi a intensificação dos estudos sobre a cultura e o trabalho dentro de uma configuração mais ampla de análise. A base antropológica, levando em consideração principalmente a obra de Clifford Geertz, foi fundamental para a delimitação do aparato instrumental metodológico a ser usado e estruturado dentro das pesquisas. A amplitude proporcionada pela perspectiva cultural tinha por objetivo infligir o mesmo efeito sobre a política: alargar o raio de análise acerca das relações políticas dos homens na sociedade.

Contudo, justamente pela abrangente premissa inicial, o termo “cultura” mostrava-se extremamente volátil e de difícil delimitação (NESBITT-LARKING, 1992, p. 80). Esta característica acabou por agregar-se às concepções políticas vistas por esse prisma. Consequentemente, inúmeras são as tentativas de especificação do estudo do campo, assim como a construção de uma metodologia que abarque as necessidades dos historiadores da política. Sua retomada se deu dentro de determinados parâmetros, das quais História e ciências humanas tiveram importância fundamental. Na obra *O beijo de Lamourette*, Robert Darnton realizou um levantamento da produção historiográfica de inúmeras universidades americanas, do qual constatou que mesmo com o aumento das obras de história social, em um quantitativo percentual, havia ainda um intenso movimento de pesquisas que abarcavam o político como ponto principal em um quantitativo bruto, demonstrando certa regularidade desta produção entre as décadas de 1940 e fins de 1970 (DARNTON, 1990, p. 181-186). De certo modo, houve a aproximação da cultura sobre um tema que, mesmo deixado de lado em sua importância e primazia até meados do século XX, ainda tinha uma produção relevante no meio acadêmico.

A junção de abordagens e tradições, então, acabava por corresponder a muitos dos anseios de parte significativa da historiografia. Dessa forma, há a possibilidade de se visualizar duas posições metodológicas que permaneciam desenvolvidas paralelamente em meio às várias possibilidades: a história da cultura política e a história política. Nesta perspectiva, podemos estabelecer um parâmetro de comparação metodológico entre Serge Bernstein e Quentin Skinner, mesmo que suas concepções não sejam convergentes, justamente tomando como base as possibilidades existentes através das propostas de cada um deles e levando em consideração as devidas proporções.

Serge Berstein e a cultura política francesa

Serge Berstein se insere em uma tradição de retomada dos estudos políticos na historiografia francesa que ganhou força na década de 1960 tendo como principal protagonista na linha de frente René Rémond. Com a gradativa retomada, confeccionada sobre um novo escopo, foram associando a política a outros elementos, como a cultura, na ânsia de propor respostas para novos problemas. Estes problemas, como colocado por Lucian Pye (1991, p. 488), vinham, principalmente, em decorrência da depressão econômica do final da década de 20 e da Segunda Guerra Mundial, que causaram profundas alterações no panorama do pensamento contemporâneo.

A interseção entre cultura e política se consolidou na década de 1990 na historiografia francesa, tendo como principais pesquisadores Jean-Pierre Rioux, Jean-François Sirinelli e o próprio Berstein. As diretrizes fundamentais para a compreensão do conceito de cultura estavam em amplo desenvolvimento na Antropologia, desde a década de 1960 e tendo com um dos principais intelectuais em questão o antropólogo Clifford Geertz (2008), de onde, gradativamente, a política foi se aproximando enquanto parcela significativa de constituição do homem, da sociedade e da qual inúmeros novos pontos poderiam ser discutidos. O uso da concepção abrangente de cultura fez com que a cultura política também tomasse esse viés. A abrangência de possibilidades também tornou maleável os contornos e as inserções dentro de um dado período histórico. Contudo, a força e importância das pesquisas com o conceito, comumente, residem em questões historicamente contemporâneas, partindo, no mais tardar, do século XVIII em diante.

Nessa tomada de um corpo conceitual antropológico, muitas das principais concepções foram trazidas para a História, mas a mais relevante para as análises políticas foi a “representação”. Isto é perceptível na definição de Berstein:

Os historiadores entendem por cultura política um grupo de representações, portadoras de normas e valores, que constituem a identidade das grandes famílias políticas e que vão muito além da noção reducionista de partido político. Pode-se concebê-la como uma visão global do mundo e de sua evolução, do lugar que aí ocupa o homem e, também, da própria natureza dos problemas relativos ao poder, visão que é partilhada por um grupo importante da sociedade num dado país e num dado momento de sua história (BERSTEIN, 2009, p. 31).

Historiograficamente, isto trouxe mudanças na perspectiva do político na História. Rémond, por exemplo, preocupava-se com a abertura temporal possibilitada pela cultura política, remontando um cruzamento entre o factual e a longa duração, pois o político seria um dos domínios privilegiados da articulação do todo social. Sendo assim, há a continuidade de uma tradição historiográfica, principalmente na longa duração de Fernand Braudel, na permanência da ideia de continuidades e rupturas verificáveis em um dado recorte temporal em contraste com uma maior importância do sujeito, do acontecimento e da própria narrativa enquanto estratégia de escrita (RÉMOND, 2003, p. 7). Essa abertura tinha por objetivo proporcionar mais possibilidades de análise e a representação, enquanto aparato de sustentação teórico, convergiria esses inúmeros aspectos para um mesmo âmbito.

Assim, a representação delinea aspectos fundamentais para a própria percepção da política para a História. Primeiramente, a noção de que o político não pode ser visto separadamente do corpo social. Apesar de ponto referencial, a política é um entre inúmeros aspectos que sustentam a vida em sociedade. A separação da cultura política da cultura global separaria o conjunto de referentes para a compreensão do comportamento político dos indivíduos. Comportamento este, em um segundo momento, que estabelece também sua importância crucial. Como Berstein salientou, a cultura política é mobilizadora e determinante da ação política dos indivíduos em grupo, estabelecida não só nos aspectos contemporâneos a eles, mas também remetendo a toda uma tradição em que estão inseridos e que é constantemente adaptada e ressignificada (BERSTEIN, 1992, p. 69).

Contudo, este mundo de significações, de representações, não é uno em uma sociedade. Dentro de um mesmo grupo não existe um, mas diferentes patamares de representação acerca do mundo, ou seja, em grande parte do tempo, inúmeras culturas políticas diferentes, com representações distintas, convivem em um mesmo espaço e tempo. Essa pluralidade, entretanto, acaba sendo direcionada, na maioria das vezes, por uma cultura dominante. Mesmo com a convivência entre diferentes camadas culturais, em um dado momento, uma se sobressairia, tomando não só a dominância cultural, tornando-se referencial, como também direcionaria as representações gerais das características políticas dessa sociedade, sendo assim determinadora e direcionadora da maioria dos referenciais de significação. A base comportamental, nesta situação, estaria estabelecida sob esta estrutura, que de certo modo, também condicionaria o processo de formação identitário não só dos grupos, mas dos próprios indivíduos (BERSTEIN, 2009, p. 43).

Em meio a essa pluralidade - juntamente com todas as mudanças, adaptações, conflitos e sínteses – em momento algum a noção de cultura política de Berstein compreende o domínio exclusivo da cultura dominante sobre as outras, pois o monopólio, em si, não existiria. Equivocadamente, nos primeiros trabalhos concisos sobre o tema na década de 1960, uma percepção permanente era a de que existiam culturas políticas nacionais, fechando dentro de um mesmo espaço de discussão uma infinidade de discrepâncias internas que só vieram a ser discutidas posteriormente, pois um dos objetivos era estabelecer uma noção hierárquica de desenvolvimento, delimitando culturas políticas específicas que possibilitassem o desenvolvimento e modernização através dos parâmetros da época (PYE, 1991, p. 502-504).

Dentro dessa discussão que envolve as representações e as relações entre a multiplicidade e a cultura, “o objetivo historiográfico do estudo das culturas políticas [...] é fornecer uma resposta para o problema fundamental das motivações do político” (BERSTEIN, 1992, p. 41, tradução minha). Partindo desse ponto, há, então, a necessidade de estabelecer as relações entre indivíduo e grupo. Consequentemente, o enfoque desta base teórica concebe, basicamente, a primazia do social sobre o individual. Há a noção de que a cultura é um fenômeno coletivo enquanto o ato político em si corresponde ao indivíduo. Serge Berstein ainda completa:

E é justamente a relação existente entre a cultura política do indivíduo e os atos [...] mencionados que desperta o interesse dos historiadores pela cultura política. Esta, sendo resultante do banho cultural em que o indivíduo está imerso, constituiria o núcleo duro da explicação dos comportamentos

políticos, muito mais que o determinismo social, a adoção de um programa ou os comportamentos psicológicos (BERSTEIN, 2009, p. 41).

Dessa forma, dentro desta linha de raciocínio, compreender as motivações estaria ligado à compreensão de um largo espectro de representações presentes e atuantes dentro da configuração de uma dada sociedade, que somente têm sentido a partir do momento em que são compartilhadas, fazendo parte de um todo. Ainda, segundo o autor, podemos perceber que este todo influencia o indivíduo de duas formas. Primeiro, uma cultura política não desaparece totalmente de uma sociedade, pois inúmeros aspectos acabam por influenciar gerações (BERSTEIN, 2009, 41). A transição entre elas não são rupturas abruptas, mas processos longos de adaptação e ressignificação. Segundo, os atos individuais não são preponderantemente conscientes e, por muitas vezes, não são ao mesmo percebidos pelo ator que os realiza (BERSTEIN, 2009, p. 41). A imersão em uma cultura determina, em larga medida, os limites de ação e possibilidades dentro de um determinado âmbito.

Quentin Skinner, política e diálogo com a história das ideias

A percepção analítica de Berstein mostra uma posição determinada para lidar de forma teórica e metodológica com as questões da cultura política. De certo modo, as questões da coletividade e da individualidade acabaram por definir parâmetros instrumentais para a história da cultura política e a história da política, contando também que ambas mantiveram direcionamentos de pesquisa pautados sobre questões distintas. Enquanto a primeira enfoca uma importância mais voltada às questões da coletividade, a segunda preocupa-se com o sujeito, agente da ação política. O pesquisador Quentin Skinner pode ser enquadrado dentro deste âmbito do estudo do ato político, assim como outros pesquisadores como John Pocock e John Dunn, conhecidos como fundadores da *Cambridge School* da história do pensamento político. Apesar de estarem inseridos dentro de uma mesma e específica tradição historiográfica – assim como outros países também estavam na década de 1960 - eles não têm as mesmas questões e os mesmos instrumentos para lidar com a política, necessariamente.

O desenvolvimento dos estudos sobre o político na Inglaterra foi delineado através das discussões da história das ideias políticas, um domínio da Filosofia que ganhou paulatina importância durante a década de 1920 (LOPES, 2002, p. 115). A cisão criada entre a filosofia política e as ideias políticas criou um movimento específico de interesse sobre a história política. Na França, por exemplo, a primeira cátedra foi criada somente em 1943. Ainda assim, ela ainda estava pautada sob uma ideia de desenvolvimento de uma “cultura política” de formação universitária, que priorizava o acesso e a leitura de textos considerados canônicos (LOPES, 2002, p. 116).

Skinner também não está diretamente relacionado e sua obra não se volta às discussões do caráter conceitual e historiográfico dos estudos sobre política e cultura política. Suas preocupações são outras diretamente inseridas na tradição política inglesa de ideias políticas, principalmente voltadas aos espectros da análise da linguagem e de análises da história das ideias. Como dito anteriormente, a preocupação neste texto é acerca de sua abordagem metodológica frente as discussões que envolvem o âmbito político enquanto esfera pertinente de compreensão e de problematização,

essencialmente voltadas ao caráter coletivo ou individual das ações na realidade e da qual o autor está inserido, mesmo que indiretamente. Eles aparecem em sua linha de raciocínio a partir da “narrativa”, presente na estrutura linguística de determinado documento. No caso do historiador, o texto escrito se torna o ponto focal da análise.

Em seu *Visões da Política*, que reúne escritos produzidos entre meados das décadas de 1960 e 1970, contém uma série de trabalhos desenvolvidos por Skinner ao longo de aproximadamente quinze anos e que foram editados posteriormente no início da década de 2000. Nela estão estabelecidas não somente as estruturas metodológicas utilizadas e desenvolvidas pelo autor como também uma concisa discussão acerca das especificidades do caminho tomado frente às perspectivas de outros autores e suas respectivas visões. Sua obra foi revisada, passando por ajustes até sua edição de 2002. Como exposto pelo próprio em entrevista, os textos foram retomados para um melhor delineamento da estrutura lógica das argumentações, sem interferir em parte substancial e central do discurso (SILVA, 2009, p. 307).

Diferentemente dos historiadores franceses da cultura política, grande parte dos trabalhos do inglês estão voltados para o estudo da política e da filosofia moderna, desde a Renascença. Maquiavel e Hobbes são partes fundamentais das pesquisas realizadas pelo inglês. E mais que os homens, os textos produzidos por eles são os pontos-chave. A produção escrita toma uma independência frente ao autor, e é a partir dela, e de seu *narratio*, que o historiador problematiza suas questões. Diferentemente da perspectiva anterior da história das ideias, Skinner propõe que a matéria do ofício do historiador está na própria estrutura linguística, sendo ela a substância e o fim, não o meio. Essa disparidade temporal de recorte e de objeto também se reflete sobre as questões metodológicas e teóricas que as sustentam em comparação aos franceses.

A base de sustentação da perspectiva de Skinner está nos atos de linguagem vistos como atos linguísticos. Assim, os textos de um indivíduo estariam inseridos dentro de um contexto normativo, pautados em convenções linguísticas intrínsecas a sua produção. O indivíduo toma uma importância preponderante a partir do momento em que é posto como ponto de referência para a compreensão desta ação. Como exposto por Ricardo Silva, há uma aproximação do autor com a Filosofia da História de Robin Collinwood, visualizando toda a história como história do pensamento. Através deste princípio epistemológico, “[...] toda ação historicamente significativa deve ser reconstituída tendo em vista o pensamento do agente que a efetuou” (SILVA, 2009, p. 308).

A ação deste agente, alcançada pelo pesquisador através de sua escrita e vista como ato linguístico, torna-se um objeto de análise autossuficiente, de onde haveria a possibilidade de serem retiradas grande parte das características, das quais seriam fundamentais para a compreensão das noções de política do período e do autor pesquisados. Essa perspectiva linguística, e a importância dada à produção escrita, estabelece um apontamento sobre palavras-chave, as quais Skinner compreende que somente é possível alcançar o conhecimento das ações linguísticas a partir do momento em que elas são entendidas como “conceitos”, contendo um conjunto de significados agrupados sob um mesmo referente. Assim, com estas palavras-chaves, juntamente com suas significações dentro de um período histórico, os pesquisadores poderiam direcionar seus discursos acerca da política e da sociedade (SKINNER, 2005, p. 158).

Há, então, uma relação estabelecida entre a linguagem e a sociedade. As relações sociais seriam construídas sobre uma base intrinsecamente linguística, pautada sob uma convenção, estabelecendo-se um vocabulário social de compreensão e de delimitação dentro de um espaço coeso. Um grupo social demonstraria possessão e condições de uso de um determinado conceito quando desenvolvesse um vocabulário, um grupo de denominação e significações para isso (SKINNER, 2005, p. 160). Esse vocabulário traria informações contundentes para a compreensão do todo da sociedade. Consequentemente, há o estabelecimento destes dois domínios para o autor, que se complementam: o domínio do estritamente social e o domínio da linguagem (SKINNER, 2005, p. 170). Pode-se perceber a influência dos pragmáticos da filosofia da linguagem, da conhecida *Linguistic Turn* e de autores como Ludwig Wittgenstein nestas afirmações, pois os aspectos linguísticos aparecem como fonte de acesso aos parâmetros da linguagem, assim como, também, são configurados de forma distinta em cada espaço da sociedade.

Esta perspectiva circunscreve a própria concepção de como Quentin Skinner concebe a política e como o pesquisador lida com ela. Para ele, como para outros autores do tema, é possível atingir uma compreensão genuína dos fatos por meio da intervenção linguística do pesquisador (TUCK, 1992, p. 287). O ato linguístico de um agente, enquanto parte de uma estrutura social, está inserido dentro de um contexto limitado de significações e representações, em grande parte, impostos pelos limites da própria língua. Há a compreensão de que não é possível alcançar todos os sentidos presentes na linguagem, pois eles têm seus respectivos referentes nas estruturas linguísticas. Através dessas estruturas, a retomada e o discernimento do pensamento do indivíduo da ação, feita em análise, seria papel fundamental do ofício do historiador (SILVA, 2009, p. 308)².

Este objetivo final somente seria possível, segundo Skinner, em consequência de dois pontos específicos. Em um primeiro momento, assim como Dunn, concebe os textos contendo elementos atemporais, dos quais, a partir deles, os conceitos podem ser discutidos, trabalhados e compreendidos hoje (TUCK, 1992, p. 274). Assim, por meio das continuidades e rupturas, o historiador pode compreender o conceito em seu contexto e produção, no contexto do autor e de sua época.

Isto leva ao segundo ponto. Segundo Silva, Skinner adotou, em grande medida, as concepções de John Austin na questão da linguagem. De forma sintética, Austin concebia três níveis distintos da fala: a dimensão locucionária, relativa ao ato de dizer; a ilocucionária, sobre o que o agente está fazendo ao dizer; e perlocucionária, abarcando os resultados dos atos no grupo que a recebeu (SILVA, 2009, p. 309). Prosseguindo, o historiador inglês acreditaria que a dimensão ilocucionária é a primeira e mais importante a ser levada em consideração nos estudos sobre política, pois, dentro de sua teoria e de sua prática metodológica, o contexto social em si pode explicar os resultados, as causas do texto analisado, mas não as intenções e seus significados internos. Ou seja, o entorno do autor pouco poderia auxiliar na compreensão das motivações do agente, somente a própria escrita em si. Esta dominância do contexto linguístico é compreendida por Skinner como a reconstituição da dimensão ilocucionária de seu produtor, que ultrapassa

2. Assim também, pode-se constatar com estas informações que a aproximação muitas vezes posta entre Skinner, Pocock e Dunn aparece somente em relação às outras perspectivas historiográficas, como a feita com a francesa aqui. Entretanto, há uma concreta discrepância quando as afirmações deles são colocadas em discussão.

os limites da compreensão do autor, enquanto indivíduo. Entender o significado de um texto seria revelar o que o autor estava fazendo ao escrevê-lo. Para justificar tal ideia, Skinner configurou três sentidos para o termo “significado”: primeiro, acerca do que as palavras significam dentro de um campo semântico, de um contexto sintático; segundo; o que as palavras significam ao historiador e o efeito que ela causa nos leitores; por último, o que o autor quer dizer utilizando determinado termo em um texto (SKINNER, 2005, p. 129-131). Assim, para ele, o terceiro significado é o relevante para uma pesquisa, justificando, em grande medida, sua noção da importância do indivíduo no processo de análise.

Berstein e Skinner lado a lado: uma crítica a partir da teoria de Carlo Ginzburg

Como visto, esta preponderância do caráter linguístico de Skinner caracteriza profundamente sua abordagem em discrepância às análises e às discussões propostas pelos que desenvolvem o conceito de cultura política na França. Sintetizando estas duas concepções de análises do político, a cultura política de Bernstein estabelece um parâmetro de abertura de possibilidades de análises do social através das representações contidas em um determinado grupo de uma sociedade e, desta forma, priorizando uma noção mais coletiva das motivações do que dos indivíduos em si. Em contrapartida, a política de Skinner aparece distanciando-se do contexto no qual o agente da ação política se encontra, pois, com ele, somente a causa da ação seria possível de ser explicada, não as motivações do autor em si, a dimensão ilocucionária. A análise textual, priorizando as estruturas linguísticas nas quais a obra está inserida, seria o ponto de partida para a compreensão e discernimento de ações do passado. As respostas pelas quais o historiador trabalha estão dentro do documento. Isto traz uma independência para toda documentação e um direcionamento específico para o trabalho do historiador³.

Mas alguns outros pontos poderiam ser levantados em relação ao uso teórico e metodológico de questões apresentadas por eles. Carlo Ginzburg, em seu ensaio *Representação: A palavra, a ideia, a coisa*, presente em *Olhos de Madeira: nove reflexões sobre a distância*, desenvolve uma perspectiva acerca do uso e da própria significação do termo “representação”. Apesar das disparidades e discrepância, e com as devidas proporções, ele seguiu uma linha de raciocínio que o aproxima bastante de autores como Roger Chartier e Michel Foucault.

Sua preocupação com a utilização do termo representação é estabelecida inicialmente com dois diferentes significados: um sobre a ideia de realidade apresentada, evocando ausência, e outro na acepção de tornar inteligível a realidade apresentada, sugerindo presença (GINZBURG, 2001, p. 85). Dentro de toda a discussão, principalmente na inserção de exemplos de luto na antiguidade greco-romana, o historiador italiano expõe, de maneira bastante sutil, que há a impossibilidade do historiador conceber uma mesma noção conceitual da “representação” na História. Apresentando as várias concepções de seus exemplos, ele utilizou-se de um instrumental hermenêutico para chegar aos resultados apresentados. Esta abordagem sugeriu que a representação, assim como outros conceitos que estarão diretamente ligados ao historiador que se volta ao passado, é constituída de uma historicidade, aspecto este que impossibilita o

3. Em contrapartida, assim como parte da crítica, pode-se compreender também como uma dependência do historiador em relação à documentação.

uso de uma mesma noção em vários períodos diferentes, já que eles terão percepções e relações diferentes com o termo. Utilizando as bases de argumentação de Reinhart Koselleck (2006), podemos dizer que Carlo Ginzburg visualiza a “representação” como um conceito e não como uma categoria⁴. Neste ponto, é importante também afirmar que tanto Ginzburg quanto Skinner tiveram influência da filosofia de Wittgenstein, mas sob questões e utilizações diferentes.

Deste modo, o reflexo disso na perspectiva da cultura política abarca as próprias bases de sustentação desta ideia, já instável em sua acepção. A dificuldade em se estabelecer o que é a cultura circunscreve, em grande parte das vezes, as representações de um determinado grupo ou de uma sociedade. O questionamento plausível sobre isso recairia, metodologicamente, sobre o papel do historiador na construção do aparato que seria usado no manuseio da documentação, assim como na própria forma como ele lidaria com as diferentes características encontradas em seu trabalho com ela. A representação não poderia ser somente um instrumento metodológico de análise da sociedade, mas parte fundamental da pesquisa na compreensão da forma como concebiam, entendiam e utilizavam as questões ligadas às ausências e às presenças dentro de um determinado âmbito. Mais que uma ferramenta conceitual, ela deveria ser buscada no próprio objeto, tornando-se ela própria parte dele, circunscrevendo basicamente, assim, um procedimento hermenêutico para a análise.

Da mesma forma, a proposta de Ginzburg também se direciona a perspectiva de Quentin Skinner. O caráter atemporal de determinados pontos do passado, o qual o historiador usa-o para perceber as continuidades do pensamento político, são abalados, em contrapartida, com a historicidade que os conceitos teriam. De certo modo, a historicidade traria uma ruptura das ideias - não da ideia política em si, mas da concepção epistemológica que constitui a própria política - fazendo com que ela se transformasse ao longo do tempo ao invés de permanecer com uma estrutura regular. Skinner, em contrapartida, mobilizou-se diversas vezes contra antigas percepções da História das ideias com duras críticas, pautando grande parte de seu esforço sobre discussões que revelassem as análises anacrônicas existentes nessa linha de pensamento (GRZYBOWSKY, 2012, p. 150). Criticou, principalmente, o âmbito da atemporalidade e dos problemas que estas abordagens geravam para o resultado das pesquisas históricas. Mas, mesmo com a influência da Virada Linguística, através das reformulações acerca do papel do autor na produção escrita, o inglês percebe que, ainda que não haja a possibilidade de reconstituição dos fatos passados através de textos, eles são o ponto-chave de compreensão histórica e sua estrutura linguística revela dados significativos e diretamente vinculados ao seu tempo, sendo dever do historiador se debruçar sobre essas representações da realidade. A estrutura regular de seu trabalho se dá através desse aspecto da representação.

4. De acordo com o autor holandês, e em um parâmetro geral, “conceito” circunscreve a denominação histórica de compreensão de uma dada palavra, ideia, ou expressão contida em um texto. Isto faz com que sua análise seja pautada sobre os aspectos temporais indispensáveis à sua existência, pois ela tem uma história, uma tradição. Já a “categoria” engloba uma compreensão meta-histórica do componente, existindo previamente à aproximação das fontes e à análise do historiador. Em seu célebre livro citado, *Futuro Passado*, no capítulo Espaço de experiência e horizonte de expectativa: duas categorias históricas, ele considera a “experiência” e a “expectativa” como “categorias meta-históricas”, ou seja, concepções de abordagens anteriores ao processo de aproximação da documentação. Assim sendo, estas categorias podem ser utilizadas para o trabalho com um amplo arco temporal, diferentemente do conceito, que é circunscrito e delimitado.

Diretamente, o historiador italiano não trabalha com estes parâmetros políticos e, mesmo retomando suas obras em um contexto historiográfico mais amplo, ele próprio acredita em certos graus de “verdades” que estão presentes na pesquisa histórica, alcançada metodologicamente de forma diferente da proposta por Skinner. Contudo, a historicidade dos conceitos é um ponto de atrito entre as duas ideias por partirem de questões distintas ao se voltarem à documentação do passado.

Paul Nesbitt-Larking e o caminho (metodológico) do meio

Levando em consideração os atritos e discrepâncias do tema, as questões metodológicas apresentadas por Paul Nesbitt-Larking introduzem uma série de reflexões nas pesquisas de história da cultura política e da história política. Os Estados Unidos também tiveram um caminho diferente no desenvolvimento deste conceito, ainda mais se comparado ao mundo europeu. São perceptíveis, desde a década de 1930 e 1940, as estruturações que levariam a sua construção. Nathan Leites em seu trabalho *Psychocultural hypotheses about political acts*, em 1948, chegou próximo de conceituá-la na acepção que seria usada nas décadas subsequentes, como visualizou Lucian Pye (1991, p. 489). Diferentemente de outras tradições acadêmicas, os norte-americanos tiveram na Psicologia um suporte essencial, dado que seu desenvolvimento se deu de forma tão assídua quanto na relação com as ciências humanas.

Na década de 1920, a academia americana teve uma recepção bastante positiva do desenvolvimento das ideias políticas vinda da Europa (LOPES, 2002, p. 115) como um campo específico e separado da Filosofia. Posteriormente, entre as décadas de 1960 e 1980, a obra de Ernst Kantorowicz teve peso significativo sobre o desenvolvimento da história política no país, principalmente pela importância dada e pelo apuro teórico colocado sobre os estudos do desenvolvimento do Estado. Sua obra *Os dois corpos do rei* (KANTOROWICZ, 1998) foi o ponto inicial para o desenvolvimento de inúmeras pesquisas sobre o Estado Moderno, que ficou conhecida como Escola Cerimonialista Norte-Americana. Entretanto, e como já dito, as discussões que se postavam em torno da política nas academias dos EUA não estavam circunscritas exclusivamente ao âmbito da História.

Em 1992, Nesbitt-Larking propôs a retomada de inúmeros aspectos teóricos e instrumentais, acreditando que existiam problemas que não estavam sendo respondidos dentro do tema por questões metodológicas. Em seu artigo *Methodological notes on the study of political culture*, publicado na *Political Psychology*, construiu um aparato de estudo na tentativa de discutir e suplantar as debilidades que havia verificado anteriormente. Apesar de sua preocupação em dados momentos estar voltada a pequenos grupos de análise e verificação, algumas questões gerais também abarcam os problemas enfrentados nas ciências humanas como um todo.

Como nas Ciências Sociais, Nesbitt-Larking concebe a cultura política como uma multiplicidade de atividades e uma pluralidade de conceituações. Entretanto, para ele, o sucesso de uma análise neste âmbito está na capacidade que o pesquisador tem de dialogar com os aspectos culturais e políticos de um grupo (NESBITT-LARKING, 1992, p. 80). A construção metodológica da pesquisa passa preponderantemente pela construção intrínseca do aparato instrumental a ser utilizado. Esta sua perspectiva aparece como resposta aos muitos estudos que vinham mostrando arranjos insuficientes para lidar

com o tema, considerado por ele, tão complexo (NESBITT-LARKING, 1992, p. 79).

Um dos direcionamentos mais contundentes de seu trabalho é a importância sobre a figura do indivíduo e seu papel no grupo. O espaço de ação onde as relações e os significados coletivos de uma cultura perpassam, segundo o norte-americano, são constantemente configurados e reconfigurados pelas ações individuais mais do que pelas coletivas (NESBITT-LARKING, 1992, p. 82). Ele pautou-se em algumas concepções de Wilhelm Reich, psicanalista austríaco que desenvolveu grande parte de seu trabalho nos E.U.A., que na obra *The mass of psychology of fascism* trabalhou com as ações dos indivíduos inseridos dentro de um espaço coercitivo de estruturação psicológica. Para Nesbitt-Larking, assim como para Reich, uma das maiores preocupações no estudo das culturas políticas estaria voltada às ações que não seguem os padrões estabelecidos para a cultura dominante e que, por vezes, não estão nem mesmo nas concepções da sociedade em si. Dentro de um espaço cultural, além das significações que permeiam o meio, há também um intrincado limite de delimitação em relação às ações individuais conscientes, pois a cultura, de certo modo, estabelece uma série de padrões, pelas quais, grande parte dos indivíduos guiam suas atividades assim como reconhecem uns aos outros. No limite, uma das questões fundamentais, como apontado pelo austríaco, não é compreender o porquê de uma pessoa com fome roubar, mas o porquê dela não roubar, por exemplo (NESBITT-LARKING, 1992, p. 82).

Conseqüentemente, em uma pesquisa sobre uma sociedade, o pesquisador tem de se voltar aos aspectos do senso comum, mesmo sabendo que, psicologicamente, os padrões encontrados no todo não serão necessariamente seguidos pelos indivíduos ou mesmo interiorizados por eles. Diferentemente do concebido pelos historiadores franceses, a perspectiva social não traria a mesma carga de significações e de compreensão de uma sociedade. Pela própria forma como as pessoas podem e conseguem produzir significados em um grupo, eles carregam mais problemas e questões a serem analisados do que o social é capaz de expressar, já que, em grande medida, é este agente que age e constrói as bases culturais.

Na própria delimitação de Nesbitt-Larking,

[...] cultura política acontece enquanto pessoas, operando em um já existente campo simbólico de conceitos e práticas culturais, que transmitem umas às outras concepções de distribuição e usos das fontes de valor e de produção de decisões e regras. (NESBITT-LARKING, 1992, p. 81, tradução minha).

Assim, o autor percebe a cisão criada para as análises entre as dimensões macro e microsociais, do coletivo e do individual, como artificiais e parte da estruturação metodológica. Além da dificuldade da aceção do termo cultura, da dificuldade em se estabelecer os parâmetros da importância do indivíduo no meio social, por seus atos não seguirem necessariamente o padrão esperado, há também o desafio de compreender como a sociedade se mantém enquanto grupo coeso, mesmo na divergência. Separar as dimensões de ação é distanciar as possibilidades de resultados e, metodologicamente, não levar em consideração uma série de aspectos fundamentais para o estudo.

A cultura enquanto espaço ativo e a política vista como uma “multifacetada prática de poderes” (NESBITT-LARKING, 1992, p. 80) faz com que a “formatização”⁵

5. O autor utiliza o conceito de “performar” (*perform*) em grande parte do texto na ideia de exprimir a

de ações em um determinado meio seja o ponto de referência para as análises de um pesquisador, segundo o autor. Apesar das possibilidades de aproximação com Quentin Skinner, principalmente na importância dada à ação política, o contexto para Nesbitt-Larking não é somente um objeto para a explicação das causas da ação, mas parte integrante dele, de onde os significados partem e também de onde as práticas e mudanças de significação irão acontecer. Neste último ponto, uma aproximação com a tradição historiográfica francesa, pois, de forma geral, não haveria possibilidade de compreender os comportamentos e as intenções dos indivíduos sem os referentes com as quais ele trabalha e a partir de onde as ações são realizadas.

Nesbitt-Larking tem a preocupação de eliminar distorções metodológicas e disparidades entre dados quantitativos e qualitativos nas pesquisas, a fim de ampliar não só as possibilidades, mas os resultados que seriam obtidos pelos pesquisadores. Mas como grande parte dos que se utilizam da cultura política, seus trabalhos estão voltados à atualidade e, mais ainda, à imersão do pesquisador no espaço a ser estudado, principalmente na questão da análise de grupos e na aproximação dos indivíduos (NESBITT-LARKING, 1992, p. 83). Os resultados apresentados sempre estão pautados em informações obtidas em relações e discussões, e não necessariamente em uma documentação escrita, forma como os historiadores lidam com o passado na maior parte das vezes.

Conclusões

Mais que somente a dificuldade de se conceituar os termos cultura, assim como também cultura política, as questões metodológicas são um dos aspectos de discussão centrais em qualquer pesquisa, a partir do momento em que se estabelece o instrumental a ser usado para obter, analisar e se discutir os dados e informações obtidos. A criação, então, do aparato metodológico a ser usado torna-se indispensável ao historiador, pois ele determina não somente a abordagem sobre a documentação, mas a forma como conceberá as informações e os dados obtidos. A abertura proposta por Serge Berstein reforça esta ideia. Para ele, a utilização da concepção de culturas políticas em uma pesquisa será útil somente no momento em que há a ampliação e a convergência de um maior número de fatores que auxiliarão na compreensão de uma dada sociedade estabelecida em dado momento no tempo. Entretanto, apesar da mobilidade, o uso excessivo do conceito pode acarretar a diluição dos próprios limites que sustentam as pesquisas, pois nem tudo pode ser analisado a partir desta noção (BERSTEIN, 1992, p. 67-68).

Contudo, partindo da delimitação construída pelos autores aqui debatidos, é possível visualizar o direcionamento e as determinações postas pelas escolhas metodológicas feitas por cada um deles, fazendo perceber, de certo modo, que mais do que delimitar e desenvolver questões sobre as fontes e a base teórico-metodológica a serem trabalhadas, obviamente elas próprias influenciam de forma determinante na forma do produto final da pesquisa. Partindo da perspectiva da construção metodológica

conotação de “representação” do ato de um determinado indivíduo na realidade do meio social ao invés de somente “realizá-lo”, “efetuá-lo” ou “cumprir-lo”, de acordo com outras traduções possíveis. Neste contexto, a discussão entra em consonância com os aspectos já discutidos em Ginzburg e sua crítica à utilização do conceito de “representação”, pois aqui eles também são concebidos como históricos e, portanto, mutáveis temporalmente, diferentemente da perspectiva de Skinner, por exemplo.

sobre um determinado problema em história, é possível analisar os direcionamentos específicos que cada um dos autores tem frente às suas necessidades. Serge Berstein, assim como grande parte do grupo em que está inserido, compreende uma abordagem que privilegia aspectos das dinâmicas dos processos históricos basicamente funcional para a partir do final do século XVIII. Quentin Skinner, apesar de construir um aparato metodológico-instrumental para se trabalhar sobre uma abordagem linguística da política através da história das ideias, privilegia aspectos determinantes do mundo ocidental a partir do século XVI. Paul Nesbitt-Larking traz à tona toda uma série de questões pertinentes acerca das possibilidades metodológicas ainda não desenvolvidas de forma satisfatória e que, por esse mesmo motivo, estariam acarretando equívocos aos resultados de determinados trabalhos. Entretanto, mesmo com esta retomada, grande parte de sua atenção foca-se em análises específicas de pequenos grupos, em um recorte temporal contemporâneo.

É possível notar que as percepções do papel da coletividade e da individualidade não são necessariamente construídas enquanto conceitos pelos autores, mas refletem a estrutura teórica de onde partem suas premissas. Ao mesmo tempo em que o historicismo do século XIX era criticado, tendo como principal mote a história política produzida, criticava-se também as bases de sustentação de uma prática pautada sobre os fatos, os indivíduos ilustres e da verdade histórica. Entretanto, os movimentos que geraram as críticas destes fundamentos correspondiam a inúmeras mudanças que vinham ocorrendo no campo das ciências humanas.

A presença contundente dos *Annales* na França fez com que grande parte da tradição historiográfica fosse repensada. Mesmo com a permanência de inúmeros fatores, como os estudos voltados aos grandes pensadores, produzidos por Jean-Jacques Chevalier e seus discípulos, havia um crescente interesse por outros aspectos da sociedade que não o individual, o pontual e o específico. A partir de meados do século XX, acompanhando não só a tradição francesa, a Escola Britânica do Marxismo trouxe mais discussões ao âmbito das relações sociais, aproximando consideravelmente inúmeros aspectos trabalhados nas Ciências Sociais. Nesta tendência, a virada cultural acabou por acrescentar uma amplitude para as possibilidades de análise, para a grande maioria das correntes de pensamento da época.

Contudo, a história política ainda continuou sendo estudada de forma significativa nas universidades, mesmo com os diferentes direcionamentos de cada tradição intelectual. Neste ponto, Quentin Skinner está estabelecido em um ponto de continuidade da tradição de história das ideias e da história política, sobre o indivíduo e o específico, mas sobre outros alicerces. Além do mais, a sua própria obra revela que a história política, dentro de suas especificidades, podia ainda trazer consideráveis resultados para as pesquisas. Suas obras *Hobbes e a liberdade republicana* (2010a) e *Maquiavel* (2010b) refletem ainda a preocupação com o indivíduo enquanto aspecto central de análise do historiador, mas em *Visões da Política* (2005) há uma preocupação grande em especificar os aspectos substanciais da análise do político. Não há uma negação da importância do social, do cultural ou de outras esferas de um dado contexto. Não se pode perceber a obra do historiador inglês sob um prisma de eliminação de possibilidades analíticas, pelo contrário. No limite, o ponto central é que todas elas convergem para o texto, através do indivíduo, no momento da produção autoral, apresentadas e consolidadas através dos aspectos linguísticos.

Serge Berstein, inserido sob uma outra tradição historiográfica, também não nega o papel da ação política individual na realidade. Tanto as perspectivas sociais quanto as culturais não tiram a importância do indivíduo, a partir do momento em que ela é realocada sob outros critérios. Assim, os atos políticos individuais não podem ser retirados do contexto da cultura, enquanto fenômeno coletivo, pois ambos são essenciais para as análises de uma determinada sociedade. Contudo, a primazia sobre a coletividade parece como catalizador das inúmeras atividades pontuais, postas na realidade através das suas diferentes representações. Diferentemente de Skinner, Berstein leva em consideração toda uma rede de relações em um determinado recorte, sejam conscientes ou inconscientes.

Desta forma, Paul Nisbitt-Larking aponta não somente os problemas na perspectiva de desenvolvimento de pesquisas dentro da questão da cultura política, permeada por inúmeras variáveis e inserida entre o desenvolvimento de diferentes correntes de pensamento, como ainda desenvolve uma discussão que perpassa pelos problemas postos pela História até então, não se apropriando totalmente deles, já que está inserido em outro campo do conhecimento. Então, a criação do instrumental adequado para cada pesquisa trabalha com as duas diferentes esferas, da coletividade e individualidade, dentro de um mesmo nível. Isto faz com que haja tanto a possibilidade de aproximação com os pressupostos de Skinner quanto de Berstein, mas, ao mesmo tempo, configura meios distintos dos postulados por ambos como também se distancia da tradição das ideias políticas nos EUA.

É visível, assim, mais que somente a utilização de determinada estruturação metodológica, a necessidade imprescindível da construção e discussão de um aparato consistente e objetivo pelo historiador, assim como também por todo o pesquisador envolvido com as ciências humanas. Mais que pontuar uma escala de valoração e de viabilidade para cada uma das abordagens, por estes aspectos estarem intrinsecamente ligadas aos objetos e aos objetivos de cada pesquisador, o intuito neste artigo foi proporcionar um espaço de reflexão, exposição e discussão que necessariamente de escolha sobre elas.

Referências

- BERSTEIN, Serge. Culturas políticas e historiografia. In: AZEVEDO, Cecília et *alii* (org). *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 29-46.
- _____. Enjeux: l'historien et la culture politique. *Vingtième Siècle. Revue d'histoire*. N°35, p. 67-77, juillet-septembre 1992.
- DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- GINZBURG, Carlo. *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- GRZYBOWSKY, Lukas Gabriel. "Uma 'Terceira Via' para o Estudo das Ideias Políticas: A Vorstellungsgeschichte como resposta aos problemas colocados pela *Cambridge School of the History of Political Thought*". In: *Revista Diálogos Mediterrânicos*. N°3, nov.2012, p. 143-159.

- HUNT, Lynn. História, cultura e texto. In: ____ (org.) *Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 1-29
- KANTOROWICZ, Ernst H. *Os dois corpos do rei: um estudo sobre teologia política medieval*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio/Contratempo, 2006.
- LOPES, Marco Antônio. A história do pensamento político dos Grand Doctrinaires à história social. In: *Tempo Social*, São Paulo: USP, v.14(2), out. 2002, p. 113-127.
- NESBITT-LARKING, Paul. Methodological Notes on the Study of Political Culture . *Political Psychology*, Vol. 13, No. 1, p. 79-90, Mar., 1992.
- PYE, Lucian W. Political Culture Revisited. *Political Psychology*, Vol. 12, No. 3, pp. 487-508, Sep., 1991.
- RÉMOND, René (org.). Introdução. In: *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003. p. 9-11.
- SILVA, Ricardo. História intelectual e teoria política. *Rev. Sociol. Pol.* Curitiba, v. 17, n. 34, p. 301-318, out 2009.
- SKINNER, Quentin. *Hobbes e a liberdade republicana*. São Paulo: Editora da UNESP, 2010a.
- _____. *Maquiavel*. São Paulo: LPM, 2010b.
- _____. *Visions of politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- TUCK, Richard. História do pensamento político. In: BURKE, Peter (org). *A escrita da história*. São Paulo: Editora Unesp, 1992, p. 273-289.